

ESTUDO DO NÍVEL DE COMPARABILIDADE DOS AJUSTES PARCIAIS EM USGAAP E BRGAAP

Lycea Maria Maciel Nogueira
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Sirlei Lemes
CENTRO UNIVERSITÁRIO 9 DE JULHO - FACULDADES INTEGRADAS TIBIRIÇÁ

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar o nível de comparabilidade das empresas brasileiras, que apuram seus resultados de acordo com os USGAAP, por meio da identificação e tratamento dos principais ajustes no lucro e patrimônio líquido entre as demonstrações contábeis de acordo com os dois conjuntos de normas: BRGAAP e USGAAP, no período de 2000 a 2006. A pesquisa se desenvolveu nas seguintes etapas: quantificação dos ajustes nas demonstrações contábeis de 2000 a 2006, identificação monetária dos ajustes de 2000 a 2006, apuração do nível de comparabilidade entre os ajustes de 2000 e de 2006 e entre os lucros divulgados de 2000 e de 2006. O propósito dos cálculos pontuais (2000 e 2006) foi verificar se houve, ao longo dos 7 anos, aproximação nos números gerados pelas duas normas. O estudo se caracteriza como exploratório e como técnica de coleta de dados adotou-se a pesquisa documental. A classificação dos ajustes seguiu a realizada por UCIEDA (2003) e a apuração do nível de comparabilidade dos ajustes se deu por meio do Índice de Comparabilidade de Gray (1980). Identificou-se que os ajustes que mais afetaram as reconciliações analisadas foram: Combinação de Negócios e Intangíveis. Na seqüência, demonstrou-se que as empresas em sua maior parte, não tiveram seus ajustes comparáveis a 5% e 10% de materialidade, apontando para mensurações materialmente diferentes do lucro/prejuízo líquido apurado segundo os BRGAAP e os USGAAP. O estudo se limitou pelos poucos anos de pesquisa, por esta ser documental e, portanto, dependente da confiabilidade das informações divulgadas pelas empresas e ainda por não ter sido convertidas as demonstrações de forma completa, considerando que nenhum contato foi estabelecido com as empresas.

1- Introdução

Diante da dinamização do mercado mundial, da abertura dos mercados e da internacionalização de capitais, tem sido maior o número de empresas que necessitam de recursos em países desenvolvidos via emissão de *American Depositary Receipts* (ADRs)¹. Por outro lado, ainda identifica-se grandes divergências entre as normas contábeis brasileiras e aquelas emitidas pelo FASB, órgão norte-americano responsável pela aprovação e divulgação de normas contábeis daquele país, os USGAAP (*United States Generally Accounting Accepted Principle*). No mercado global tanto os investidores pessoas físicas quanto jurídicas buscam oportunidades de investimentos internacionais. Contudo as significativas divergências entre as normas contábeis utilizadas pelas empresas nos diferentes países dificultam a comparação do desempenho financeiro e econômico das empresas, prejudicando a decisão dos investidores. Segundo Lopes e Martins (2005, p.32), “[...] a própria existência da contabilidade está ligada à existência de problemas de informação”. Assim torna-se necessário o estudo das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Contábeis Norte

¹ ADR (*American Depositary Receipts*) são títulos representativos das ações de companhias brasileiras transacionados nas bolsas de valores norte-americanas.

Americanas, os USGAAP e as demonstrações contábeis de acordo com a norma contábil brasileira no sentido de identificar as principais divergências entre os dois conjuntos de normas. Enquanto o país não avança no processo de modernização e de convergência das normas contábeis, cabe às empresas brasileiras que pretendem aumentar sua capacidade de alavancagem operacional ou competitividade e eficiência, por meio da redução dos custos de captação, divulgar voluntariamente informações preparadas segundo as normas internacionais de contabilidade (PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2004).

Contudo as diferenças existentes entre a norma contábil brasileira e a norma contábil norte-americana ainda são grandes e, com frequência, algumas empresas acabam tendo de justificar ao investidor norte-americano, porque das alterações do lucro ou do prejuízo apurado pelas empresas, ou até mesmo, o porque de a empresa apresentar lucro no Brasil e prejuízo nos EUA ou vice-versa. Neste sentido, pesquisas precisam avançar, a fim de investigar-se de que forma as divergências entre as normas contábeis em nível internacional podem impactar os indicadores de desempenho das organizações.

Diante de uma realidade enfrentada pelas empresas transnacionais, após os escândalos financeiros recentes ocorridos pelo mundo, o FASB passou a participar mais efetivamente do processo de emissão de um conjunto único de normas contábeis: as ditas Normas de Contabilidade Internacional (IFRS/IAS)² emitidas pelo IASB³. Devido tanto a críticas quanto a pouca participação dos EUA no projeto de convergência de normas contábeis para uma norma internacional, o FASB assinou em 2002 um acordo se comprometendo a ter suas normas ajustadas com as Normas Internacionais. Os termos do acordo prevêem que até 2008 sejam ajustadas as diferenças entre os USGAAP e os IFRS/IAS e que, para 2009, a SEC (órgão similar a CVM brasileira) responsável pela fiscalização do mercado de capitais norte americano, vai aceitar que empresas estrangeiras apresentem as demonstrações financeiras seguindo as IFRS/IAS.

De acordo com Cummings e Brannen (2005), as IFRS estão rapidamente ganhando impulso mundial. Em janeiro de 2005, aproximadamente 7.000 companhias listadas na União Européia converteram suas demonstrações para as IFRS. Os relatórios de todas as entidades australianas também tiveram que adotar essas mesmas normas. Nos Estados Unidos, o FASB está trabalhando com o IASB para atingir a convergência entre suas normas e as IFRS. Entre vários autores que defendem esta convergência, Cummings e Branner (2005, p.1) afirmam que “as companhias americanas precisam aderir aos padrões contábeis internacionais se quiserem se manter competitivas no mercado externo e no doméstico”.

As empresas brasileiras ainda não estão obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis em IFRS/IAS, nem tampouco de acordo com os USGAAP. Contudo, dado a magnitude do mercado de capitais norte-americano, os efeitos da não convergência podem ser malignos, diminuindo a atratividade do Brasil e das empresas brasileiras, em um cenário de concorrência global. A assimetria de informações, provocada por diferenças de normatização contábil entre os países, pode prejudicar as decisões de investidores, ou, no mínimo se caracterizar como mais um dificultador. Por isso as empresas brasileiras envolvidas fortemente no mercado norte-americano esforçam-se para gerar informações que atendem ao investidor daquele país.

² As IAS (*International Accounting Standards*) era o título dos documentos emitidos pelo IASB até 2000. A partir de então o IASB passou a emitir suas normas com a sigla IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

³ IASB e o órgão internacional criado em 1973 com o objetivo de harmonizar as normas contábeis entre todos os países e que tem tido sucessos efetivos de seu propósito, no sentido de identificar as principais divergências entre os dois conjuntos de normas.

O mercado de capitais exige informações comparáveis que facilitem as transações entre países. Daí a necessidade de se analisar as variações entre os valores gerados pelas empresas, visando dar suporte a um processo que ocorre em nível internacional de busca por uma contabilidade harmonizada internacionalmente.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar o nível de comparabilidade das empresas brasileiras, que apuram seus resultados de acordo com os USGAAP, por meio da identificação e análise das principais diferenças existentes entre as demonstrações contábeis de acordo com os dois conjuntos de normas: BRGAAP e USGAAP.

De forma específica este trabalho apresenta:

- 1) Revisão bibliográfica sobre a convergência de normas contábeis;
- 2) Identificação em termos quantitativos e monetários dos ajustes de BRGAAP para USGAAP de 2000 a 2006;
- 3) Estudo das diferenças dos ajustes parciais entre as demonstrações contábeis em USGAAP e BRGAAP usando o índice de comparabilidade de Gray.

2- Convergência das normas contábeis

Carvalho, Lemes e Costa (2006) comentam que até meados do século XIX o que se chamaria de “globalização da economia” era baseada na relação das cortes com suas colônias. O surgimento da indústria na metade dos anos 1800 provocou uma mudança nas relações de propriedade. A Revolução Industrial deu novo sinônimo à “globalização da economia”, com a busca de mais e mais mercados consumidores.

No início do século XX, com a modernização das técnicas de gestão, teve início a captação de recursos em bolsas de valores, como alternativa para expansão das empresas. Em 1929, com o *crash* da Bolsa de *New York*, percebeu-se que um dos fatores que contribuíram para essa catástrofe foi a falta de informação adequada das demonstrações financeiras nas quais os investidores baseavam suas decisões.

Neste contexto, destacam os autores que “a contabilidade internacional surgiu para minorar as agruras de quem quer investir fora de seu país e até hoje tinha que manusear balanços em dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibilizá-las para comparar” (CARVALHO, LEMES e COSTA, 2006, p.15).

A fim de assegurar a comparabilidade das informações prestadas por empresas de diferentes países, a padronização das normas contábeis em âmbito mundial poderia facilitar a análise por parte de investidores internacionais. No entanto, segundo Paulo (2002, p.51), “[...] existe pouca viabilidade da realização completa da padronização das normas contábeis”. A alternativa então seria utilizar o conceito de “harmonização”, no qual as diferenças entre as normas devem ser minimizadas.

A padronização tem o objetivo de tornar obrigatória a adoção de padrões contábeis iguais para todas as empresas de todos os países. A harmonização implica na disponibilização de métodos contábeis alternativos, dependendo das características próprias da empresa e do ambiente onde ela atua. A empresa, nesse caso, utilizaria, então, o modelo mais adequado para a sua situação, sem obstáculos da legislação nacional (WEFFORT, 2005).

Um marco importante para a harmonização da contabilidade foi a criação do IASC. O IASC teve sua estrutura concebida no Congresso Mundial de Contadores realizado em Sidney, em 1972. Em 1973 entrou em atividade, sendo sediado em Londres.

O IASC era um setor independente, confidencial cujo objetivo era facilitar o fluxo de capital, orientando para a elaboração de demonstrações financeiras mais comparáveis, mesmo

que preparadas sob diferentes normas de contabilidade. Segundo Haverty (2006), o IASC escolheu a estratégia de permitir uma variação de métodos contábeis. A evidenciação da prática foi enfatizada ao invés de forçar a conformidade com um modelo contábil particular. Esta estratégia assegurou a sustentação internacional passiva do IASC com os mercados financeiros do mundo. Entretanto, com o passar dos anos e em função de críticas recebidas, o IASC reduziu gradualmente o número de normas de contabilidade alternativas.

Desde 1973, o IASC e sua organização emitiram 41 padrões de contabilidade, sendo que seis foram substituídos em anos mais recentes. Em 2001, foi criada a partir da estrutura do IASC, o IASB (*International Accounting Standards Board*), assumindo as responsabilidades técnicas do IASC a partir dessa data. A criação do IASB teve por objetivo melhorar os anteriores Pronunciamentos Contábeis Internacionais emitidos pelo IASC. O IASB não tem nenhuma autoridade para reforçar a conformidade com estas normas, mas muitos países permitiram ou incentivaram o uso das IFRS, como alternativa ou suplemento às suas próprias normas nacionais de contabilidade. Bélgica, França e Itália, por exemplo, permitiram que as IFRS fossem usadas para fins de relatórios financeiros domésticos.

Segundo Haverty (2006), a convergência contábil busca obter um estado de harmonização da contabilidade. Com uma economia globalizada, as informações contábeis das empresas são analisadas por diferentes investidores, nos mais diversos locais do mundo. Minimizar ou eliminar essas diferenças pode ajudar os investidores na análise das informações, em qualquer mercado onde a empresa estiver negociando suas ações. Com isso cresce a cada dia a necessidade de um sistema de demonstrações contábeis melhoradas e homogêneas.

O Brasil iniciou o processo de convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais do IASB e, em 2006, um importante passo foi dado nesse sentido com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Formado por representantes da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec Nacional), da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Fundação Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), o objetivo principal do CPC é exatamente promover discussões buscando o alinhamento das normas nacionais às internacionais.

O CPC é totalmente autônomo das entidades representadas, deliberando por 2/3 de seus membros, estes, dois por entidade, na maioria contadores, não auferem remuneração. O Conselho Federal de Contabilidade fornece a estrutura necessária. Além dos 12 membros atuais, serão sempre convidados a participar representantes do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Secretaria da Receita Federal, e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Outras entidades ou especialistas poderão ser convidados, formando comissões e grupos de trabalho para temas específicos.

O desenvolvimento de uma linguagem financeira única, aceita em todas as partes do mercado mundial, foi o primeiro passo do IASB desde sua transformação de IASC para IASB em 2001. A adoção de IFRS pelas empresas dos países da União Européia, e decisões semelhantes por Austrália, Hong Kong e África do Sul, mostrou o caminho para um processo que resultou em mais de 100 países que adotam e/ou permitem o uso das IFRS. Considerando que os mercados e os reguladores de outros países e blocos internacionais, empenhados no processo de convergência, estão buscando, cada vez mais, desenvolver mecanismos restringindo o acesso daqueles países que ainda não adotaram ou não se comprometeram com a adoção das normas contábeis internacionais; e que é essencial encontrar alternativas para acelerar esse processo, sem impor, no entanto, custos extraordinários. A CVM confirmou que

a partir de 2010 as companhias abertas adotarão obrigatoriamente as normas internacionais definidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) em suas demonstrações contábeis financeiras consolidadas. Outros países como Canadá, Índia, Coréia e Japão adotarão as IFRS antes de 2011.

3- Causas das práticas contábeis diferenciadas

Os estudos sobre as causas das diferenças das normas contábeis internacionais apontam quase todos na mesma direção, qual seja, para as características e o sistema legal de cada país. Castro Neto (1998, p.14), ao comentar sobre as prováveis causas das diferentes práticas contábeis dos países membros da Comunidade Européia, enumera os seguintes motivos:

- a) a formação histórica de cada país;
- b) a influência cultural recebida;
- c) o nível de controle governamental;
- d) a estrutura da propriedade empresarial e a forma de levantamento de capitais;
- e) a peculiaridade dos princípios contábeis, dentre outras.

Outro ponto que influencia na diferenciação das normas contábeis é o sistema legal de cada país. Niyama (2005) relata que ele pode ser classificado em duas correntes: *common law* e *code law*. A corrente *common law* ou direito consuetudinário de acordo com Lopes e Martins (p.52) é praticado em países que fizeram parte do império britânico. Os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Malásia são alguns exemplos, além do próprio Reino Unido, naturalmente. Por sua vez a corrente *code law* ou direito romano é praticado em países que estiveram sob influência do império romano inicialmente e posteriormente sob influência francesa. A França, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha são os principais exemplos dessa tradição na Europa. Os países que foram colônias ibéricas na América do Sul adotam, naturalmente, o regime de direito romano. As principais diferenças entre esses dois regimes estão na origem e força das leis. No direito romano, as normas emanam no do texto legal. Isto é, para que algo tenha valor é necessário que haja uma menção clara e específica na lei. No direito consuetudinário, a origem da regulamentação está mais ligada aos costumes e tradições. Em relação ao nível de influência ou status da profissão contábil, Niyama (2005, p.28) comenta que “o status da profissão contábil acaba influenciando positivamente na qualidade das demonstrações contábeis elaboradas e os relatórios de auditoria são considerados, de forma geral, como mais confiáveis e independentes”.

Analisando-se a situação brasileira, observa-se que a profissão contábil é representada pelo CFC e pelo IBRACON. No entanto, nenhum deles tem força suficiente para influenciar na edição de normas contábeis no país. O CFC criou um grupo de trabalho que edita regularmente Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), mas o órgão não tem autoridade para obrigar as empresas a seguirem essas normas (NIYAMA, 2005). Mais recentemente, em setembro de 2006, foi criado o CPC, como já mencionado.

Ainda segundo Niyama (2005, p.30), “infelizmente, a realidade brasileira revela que o *status* da profissão contábil e a capacidade de influenciar a elaboração de normas contábeis ainda estão aquém do esperado”.

Portanto, pode-se inferir que em países onde a profissão contábil conta com um *status* mais elevado e, portanto, com uma influência maior nas práticas contábeis, a qualidade das demonstrações contábeis é alavancada, aumentando a confiabilidade destas perante os usuários da informação contábil.

4- Metodologia do Estudo

Considerando o objetivo deste trabalho de identificar as principais diferenças nas práticas contábeis das empresas brasileiras que adotaram os USGAAP no período de 2000 a 2006, o trabalho caracteriza-se como exploratório. Adotando a classificação de Gil (2002) este estudo se caracteriza como do tipo exploratório. Como técnica de coleta de dados adotou-se a pesquisa documental que diferencia da pesquisa bibliográfica da seguinte forma:

A pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, todavia não levanta material editado – livros, periódicos etc. -, mas busca material que não foi editado, como cartas, memorandos, correspondências de outros tipos, avisos, agendas, propostas, relatórios, estudos, avaliações etc. (Martins e Theóphilo, 2007, p.85).

No Quadro 1 a seguir, são apresentadas as 28 empresas que emitiram ADR em 2006 e para as quais as respectivas demonstrações contábeis e as reconciliações do lucro e do patrimônio líquido em USGAAP e BRGAAP estão disponíveis. Destas somente 9 apresentaram a reconciliação dos valores no período do estudo.

Quadro 1_ Amostra da pesquisa

EMPRESAS	LUCRO LÍQUIDO BRGAAP 2006
AMBEV	2.806,30
ARACRUZ	1.148,30
BCO BRADESCO	5.054,00
BCO ITAÚ	4.308,90
BR TELECOM	432.391,00
BR TELECOM PART	470.368,00
BRASKEM	101,30
CBD	85,60
CEMIG	1.718,80
COPEL	1.243,00
CSN	1.167,50
CVRD	13.431,00
EMBRAER	621,70
GOL	684.472,00
GERDAU	2.880,90
PERDIGÃO	117,30
PETROBRÁS	25.918,90
SABESP	778,90
SADIA	375,50
TELEMIG	113,40
TELE NORTE	-76,10
TELE NORTE LESTE	1,30
TELESP	2.816,00
TIM PART	-301,70
ULTRAPAR	282,10
UNIBANCO	1.750,00
VIVO PART	16,30
VOTORANTIM	655,80
TOTAL	1.654.246,00

Para o estudo do efeito das diferenças nos números divulgados pelas empresas foi utilizado o Índice de Comparabilidade de Gray. O índice foi inicialmente desenvolvido por Gray (1980) e pode ser identificado para este trabalho como:

$$\text{Índice de comparabilidade} = 1 - \frac{(\text{Lucro Líquido}_{\text{USGAAP}} - \text{Lucro Líquido}_{\text{BRGAAP}})}{|\text{Lucro Líquido}_{\text{USGAAP}}|} \quad (1)$$

$$|\text{Lucro Líquido}_{\text{USGAAP}}|$$

Quando o resultado da Equação 1 for igual a 1 indica neutralidade. Quando o resultado for maior do que 1 significa que o lucro relatado no Brasil é maior do que aquele relatado sob os USGAAP e quando o resultado for menor do que 1 significa que o lucro relatado no Brasil é menor do que aquele relatado sob os USGAAP.

Haverty (2006) calculou o índice para o lucro líquido e para o patrimônio líquido (PL) de empresas chinesas que também reportam em USGAAP e concluiu que apesar do movimento para harmonização e convergência, as companhias chinesas mostraram diferenças significativas do lucro líquido e PL, apresentados em USGAAP. Estas diferenças se deveram principalmente as diferenças de práticas para a reavaliação de ativos fixos, uma vez que as normas contábeis chinesas permitem a reavaliação e as normas contábeis norte-americanas não o fazem.

Weetman, et al. (1998) estudaram as diferenças entre as normas contábeis britânicas e os USGAAP. O estudo compreendeu o período de 1988 a 1994. O índice de comparabilidade mostrou que, em 1988, o lucro sob princípios de contabilidade britânicos representou 16,8% do lucro sob USGAAP. Em 1994 a diferença elevou-se para 25,3%, concluindo que a norma contábil britânica tornou-se menos comparável com os USGAAP.

No sentido de realizar um estudo mais aprofundado das causas das diferenças identificadas, foi utilizado o Índice Parcial de Comparabilidade desenvolvido pela seguinte equação:

$$\text{Índice Parcial de Comparabilidade} = 1 - \frac{\text{Ajustes Parciais}}{|\text{LLE}_{\text{USGAAP}}|} \quad (2)$$

No caso da Equação 2 tem-se que para os resultados entre 0,90 e 1,10 os ajustes são considerados materiais a 10% e para resultados entre 0,95 e 1,05 os ajustes são considerados materiais a 5%. Embora não haja um nível comumente aceito de materialidade, os percentuais aqui adotados (5% e 10%) são consistentes com outros estudos (HAVERTY, 2006; ADAMS et al. 1999; GRAY, 1980).

5- Diferenças parciais das praticas contábeis

Nesta seção, são discutidas as principais práticas contábeis que dão origem a ajustes entre as demonstrações contábeis em BRGAAP e USGAAP. Tais itens se fundamentaram nos itens apresentados por Ucieda (2003), complementados por itens de ajustes evidenciados nas demonstrações analisadas.

- 1) **Ações em Tesouraria:** classificação de ações em tesouraria como ativos ou patrimônio líquido.
- 2) **Arrendamento Mercantil:** reconhecimento de leasing financeiro e da depreciação de tais itens.
- 3) **Ativos Fixos:** reavaliação de ativos, capitalização de despesas de juros, depreciação, *impairment dos ativos* e outros.
- 4) **Combinação de Negócios:** combinação de negócios e aquisição de participações minoritárias.
- 5) **Consolidação:** aplicação do método de equivalência patrimonial, consolidação total e parcial, tradução de demonstrações contábeis e inflação.
- 6) **Correção Monetária:** de acordo com os BRGAAP, a contabilização da correção monetária foi descontinuada a partir de 1º de janeiro de 1996. No entanto, de acordo com os

USGAAP, o Brasil deixou de ser tratado como um país de economia altamente inflacionária somente a partir de 1º de janeiro de 1998, gerando diferenças referentes a este período.

7) Diferenças Cambiais: reconhecimento de ganhos cambiais não realizados e outros.

8) Dividendos: reconhecimento de dividendos declarados.

9) Goodwill: período de amortização diferente, amortização de *goodwill* negativo, *impairment* e demais tratamentos diferenciados para *goodwill*⁴.

10) Imposto Diferido: reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos e as mensurações respectivas.

11) Imposto Diferido e Participações Minoritárias: efeitos do imposto de renda e de participações minoritárias sobre os ajustes.

12) Instrumento Financeiro: reconhecimento de instrumentos financeiros.

13) Intangível: despesas com lançamento de ações, gastos pré-operacionais, pesquisa e desenvolvimento e outros.

14) Investimentos: investimentos em títulos e ações, lucros não realizados, determinados ganhos e prejuízos não realizados dos títulos disponíveis para venda da companhia, empréstimos para adquirir as próprias ações, provisões e outros.

15) Planos de Pensão: reconhecimento de benefícios de aposentadoria, plano de pensão, plano de pensão complementar e licença-prêmio.

16) Provisão: gastos de reestruturação, contingências e outros.

17) Outros: tópicos tratados como tais pela própria empresa e os classificados desta forma em função da não identificação com os demais itens.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de ajustes, no resultado do exercício, por item, divulgados pelas empresas da amostra no período de 2000 a 2006.

A amostra neste caso se refere aqueles que apresentaram a reconciliação do lucro e do PL no período, totalizando 9 empresas.

Tabela 1 - N° de Ajustes no LLE de 2000 a 2006 – BRGAAP x USGAAP

Ajuste Lucro Líquido	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ações em Tesouraria	1	1	1	1	1	1	1
Arrendamento Mercantil	1	-	-	2	3	4	4
Ativos Fixos	19	20	18	19	25	24	19
Combinação de Negócios	9	6	9	13	19	23	21
Consolidação	5	6	6	8	7	7	7
Correção Monetária	10	11	12	12	13	13	11
Diferenças Cambiais	1	1	1	1	2	2	2
Dividendos	-	2	2	2	-	-	-
Goodwill	4	6	8	11	15	16	16
Imposto Diferido e Part. minoritárias	8	9	9	9	10	10	9
Imposto Diferido	6	4	4	1	2	3	2
Instrumentos Financeiros	2	4	6	7	8	8	7
Intangíveis	7	9	11	15	21	21	24
Investimento	2	3	3	4	6	5	4
Planos de Pensão	18	19	16	17	19	18	16
Provisão	1	4	4	1	6	5	4

⁴ Neste estudo, considerou-se também para este item todas as diferenças identificadas pelas empresas como decorrentes de ágio ou deságio, mesmo que estes sejam conceitualmente diferentes de *goodwill*.

Outros	7	9	7	8	7	8	8
Total	101	114	117	131	164	168	155

Verifica-se um significativo aumento, no número de incidência dos itens Combinação de Negócios, *Goodwill* e Intangíveis ao longo dos sete anos. O item Intangíveis por sua vez, teve o maior aumento de incidência, variando em mais de 200% de 2000 para 2006. Os demais itens não tiveram um aumento significativo ao longo dos anos, mantendo-se constante.

Vale destacar que itens como Ativo Fixo, Correção Monetária e Planos de Pensão mantiveram-se constante ao longo do período, destacando-se o alto número de observações. O Ativo Fixo, por exemplo, resultou em 20 ajustes em 2001, 25 em 2004 e 24 em 2005. Itens como Ações em Tesouraria e Diferenças Cambiais foram os que menos ajustes produziram no período.

Na Tabela 2 apresenta-se o total de ajustes ocorridos no Patrimônio Líquido das 9 empresas pesquisadas durante o período de 2000 a 2006.

Tabela 2 - N° de Ajustes no PL de 2000 a 2006 – BRGAAP x USGAAP

Total Ajuste PL	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ações em Tesouraria	1	1	1	1	2	2	2
Arrendamento Mercantil	1	1	-	2	5	4	4
Ativos Fixos	18	21	23	20	25	26	22
Combinação de Negócios	10	11	14	19	28	32	33
Consolidação	3	3	5	4	6	8	7
Correção Monetária	10	10	13	13	14	13	12
Dividendos	2	2	1	2	4	3	5
Goodwill	4	6	11	17	24	18	18
Imposto Diferido e Part. minoritárias	7	8	9	9	10	10	9
Imposto Diferido	4	6	1	2	4	4	4
Instrumentos Financeiros	3	5	7	8	8	10	13
Intangíveis	4	6	7	10	16	16	15
Investimento	2	3	4	5	7	6	6
Planos de Pensão	14	23	20	21	22	22	24
Provisão	1	1	2	1	3	4	3
Outros	7	9	8	7	8	9	9
Total	91	116	126	141	186	187	186

Um aspecto importante a destacar na Tabela 2 é que houve um aumento no número de incidência dos itens Combinação de negócios, *Goodwill*, Instrumentos Financeiros, Intangíveis e Planos de Pensão ao longo dos sete anos. O item Combinação de Negócios teve o maior aumento de incidência, variando em 30% de 2000 para 2006. Os demais itens não tiveram um aumento significativo, em suas quantidades, ao longo dos anos.

Na Tabela 3, apresenta-se o total de aumentos ou reduções no resultado do período das empresas da amostra.

Tabela 3 - Montante dos ajustes no LLE de 2000 a 2006 – BRGAAP x USGAAP

Empresas	Perdigão	Ambev	Vivo	Braskem	Sabesp	Copel	BrasilTelS.A	BrasilTelPart	Ultrapar
Itens	EM MILHÕES DE R\$								
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	4,3
Arrendamento Mercantil	-	-	-3,8	-	6,4	-	-4,9	-4,9	-
Ativos Fixos	4,8	-5,9	132,6	-46,5	852,9	-12,3	924,1	1.015,0	73,7
Combinação de Negócios	11,8	3.691,4	-644,7	1.043,8	-	-41,0	-512,0	-301,6	-61,3

Consolidação	-0,2	-49,4	12,6	-37,2	-	20,4	-7,7	-629,0	-
Correção Monetária	-35,7	-302,8	-50,8	-216,5	-1.443,1	-1.004,1	-	-	-32,9
Diferenças Cambiais	-	-172,8	-	-	-	-	-	-	-0,1

Tabela 3 - Montante dos ajustes no LLE de 2000 a 2006 - BRGAAP x USGAAP (cont)

Empresas Itens	Perdigão	Ambev	Vivo	Braskem	Sabesp	Copel	BrasilTelS.A	BrasilTelPart	Ultrapar
EM MILHÕES DE R\$									
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-36,2	-46,9	-
Goodwill	-	-	789,5	330,6	-	22,8	578,2	579,6	25,7
Imp Dif/Part minoritárias	24,1	169,0	435,3	-125,5	403,9	555,2	-463,0	-747,0	-22,8
Imposto Diferido	-	7,3	27,9	-	-0,3	-1,0	-220,6	-264,4	-
Instrumentos Financeiros	-1,0	-38,3	68,9	-	11,4	-	3,8	3,8	-1,2
Intangíveis	-27,3	-58,2	-838,3	-107,8	32,3	-429,0	-78,0	-165,5	-59,4
Investimento	-	44,0	44,5	-216,7	-	-1,4	-	-	20,7
Planos de Pensão	-	185,3	-11,0	-105,3	-1.025,8	-182,4	728,2	840,6	-
Provisão	-	-	-	-	38,0	-	-90,2	-2,6	-10,2
Outros	0,1	171,5	57,3	185,7	-26,6	20,6	555,3	497,2	-

Em termos monetários destaca-se que as empresas AMBEV, SABESP, COPEL e Brasil Telecom S/A foram as que tiveram ajustes mais significativos em seus lucros. Destas, nota-se que para a SABESP e a COPEL, ambas com redução de seus lucros no período, o item que mais influenciou esta redução foi a Correção Monetária que se refere ao reajuste inflacionário.

O aumento no lucro ou prejuízo do período da AMBEV pode ser explicado, principalmente, pelos ajustes referentes às diferentes práticas para as Combinações de Negócios.

No caso da Brasil Telecom S/A não é possível apontar um único item como responsável pelo aumento do seu lucro. Contudo destaca-se que os itens Ativos Fixos, Goodwill e Planos de Pensão elevaram o lucro da empresa no período, enquanto os itens Combinação de Negócios e Impostos Diferidos reduziram seu lucro no período.

Destaca-se ainda, que em valores monetários, as empresas Perdigão e Ultrapar foram as que menos alterações provocaram em seus lucros, ao ajustar para os USGAAP. Contudo na análise da Tabela 3, uma limitação deve ser levada em conta, qual seja, a não conversão dos números de forma completa, considerando que nenhum contato foi estabelecido com as empresas. Assim para os números divulgados em dólares, usou-se o dólar do final do período para a conversão em reais.

A Tabela 4 mostra os ajustes no resultado do ano de 2006.

Tabela 4 - Montante dos Ajustes no LLE 2006 – BRGAAP x USGAAP

Lucro Líquido 2006	Perdigão	Ambev	Vivo	Braskem	Sabesp	Copel	Brasil TelS.A	Brasil TelPart	Ultrapar	Total
Ativos Fixos	0,5	-0,8	6,9	-38,7	118,3	31,0	110,9	130,4	2,8	361,3
Comb. de Negócios	-1,6	1.227,2	-757,5	-	-	12,9	-19,5	23,7	4,0	489,2
Consolidação	-0,2	-2,5	-0,4	0,8	-	10,4	-	-74,3	-	-66,2
Correção Monetária	-4,1	-13,7	-4,0	-28,6	-193,8	-2,8	-	-	-3,6	250,6
Diferenças Cambiais	-	30,9	-	-	-	-	-	-	1,8	32,7
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	129,3	330,6	-	3,6	86,5	82,1	5,3	637,4
Imp Dif/Part. Min.	-0,9	-35,0	249,4	-123,2	71,0	120,8	-69,3	-66,4	2,2	148,6
Imposto Diferido	-	-	61,8	-	-	0,2	-	-	-	62,0

Instrumentos Financeiros	-0,6	-9,0	65,7	-	-2,6	-	-16,7	-16,7	1,4	21,5
Intangíveis	31,4	-39,8	-228,0	40,3	10,5	-390,9	-13,0	24,7	-17,6	582,4

Tabela 4 - Montante dos Ajustes no LLE 2006 - BRGAAP x USGAAP (cont)

Lucro Líquido 2006	Perdigão	Ambev	Vivo	Braskem	Sabesp	Copel	Brasil TelS.A	Brasil TelPart	Ultrapar	Total
Investimento	-	-2,3	-	-56,8	-	3,1	-	-	1,3	-54,7
Planos de Pensão	-	21,8	2,0	-57,9	-140,2	-11,7	33,8	33,8	-	118,4
Provisão	-	-	-	-	-	-	35,2	-2,5	-	32,7
Outros	-	113,6	29,0	11,9	-26,6	-	102,2	36,8	-	266,9

Destacam-se, na Tabela 4, dos valores apresentados que as empresas AMBEV, VIVO e COPEL apresentaram os maiores montantes de ajustes, afetados principalmente pelos itens Combinação de Negócios e Intangíveis.

Na Tabela 5, apresenta-se o total de aumentos ou reduções no patrimônio líquido das empresas da amostra.

Tabela 5 - Montante dos Ajustes no PL de 2000 a 2006 - BRGAAP x USGAAP

Empresas	Perdigão	Ambev	Vivo	Braskem	Sabesp	Copel	BrasilTelS.A	BrasilTelPart	Ultrapar	
Itens	EM MILHÕES DE REAIS									
Ações em Tesouraria	-	-	-	31,2	-	-	-	-	-	-32,7
Arrendamento Mercantil	-	-	84,9	-	5,7	-	-5,8	-5,8	-	
Ativos Fixos	-217,2	69,5	55,7	819,4	-15.468,2	-2.059,1	1.458,0	929,1	-271,8	
Combinação de Negócios	50,9	1.181,8	1.211,7	-10.922,2	-	-135,8	469,2	532,3	-139,0	
Consolidação	-0,9	5,4	-30,8	238,1	-	40,0	-	-1.343,4	-	
Correção Monetária	350,2	435,4	48,2	3.807,7	26.721,9	7.441,4	-	-	256,8	
Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos	30,4	1.547,9	2,5	74,2	-	-	61,9	331,4	-	
Goodwill	22,6	-	-	-	-	86,7	2.929,5	2.911,4	81,2	
Imposto Diferido	-224,4	-27,0	-301,1	-	218,8	-15,6	8,8	5,2	-	
ImpostoDif/Part Minor.	-83,4	-1.036,0	21,7	-665,4	-6.966,9	-2.480,7	-1.077,1	349,9	230,9	
Instrumentos Financeiros	1,9	-234,5	-93,0	-	25,3	10,5	124,5	125,0	-13,3	
Intangíveis	-	-1.019,4	-	-2.081,6	-208,4	746,0	-581,7	-570,2	-485,3	
Investimento	14,9	112,6	-15,6	-179,5	-	-181,9	-	-	-82,8	
Planos de Pensão	-	1.227,8	42,2	-15,1	-11.622,4	1.516,4	1.623,0	1.574,4	-	
Provisão	-	-	-	-	-	-	-2,7	-2,7	9,8	
Outros	2,5	-122,4	-43,9	-	-1.569,2	-46,0	-1.424,3	-1.579,4	-	

Em termos monetários destaca-se que as empresas AMBEV, BRASKEM, SABESP, COPEL, Brasil Telecom S/A e Brasil Telecom Participações, foram as que tiveram ajustes mais significativos em seu patrimônio líquido.

Destas, nota-se que a BRASKEM e a SABESP, ambas com redução dos valores de seu patrimônio no período os itens que mais influenciaram esta redução foram Combinação de Negócios para a BRASKEM e Ativos Fixos para a SABESP.

O aumento no patrimônio da AMBEV pode ser explicado principalmente pelos ajustes no item Planos de Pensão.

No caso da COPEL o aumento do patrimônio líquido pode ser explicado pelos ajustes no item Correção Monetária.

Já para Brasil Telecom S/A e Brasil Telecom Participações pode-se apontar o item *Goodwill* como responsável pelo aumento em seu patrimônio líquido.

Destaca-se ainda que, em valores monetários, as empresas Perdigão e Ultrapar foram as que menos alterações provocaram em, seus patrimônios, ao ajustar para os USGAAP. Contudo, conforme mencionado na análise da Tabela 5 também existe uma limitação que deve ser levada em conta, qual seja a conversão.

A Tabela 6 tem por objetivo mostrar os ajustes no patrimônio líquido do ano de 2006

Tabela 6 - Montante de Ajustes no PL de 2006 – BRGAAP x USGAAP

Patrimônio Líquido 2006	Perdigão	Ambev	Vivo	Braskem	Sabesp	Copel	BrasilTelS.A	BrasilTelPart	Ultrapar	Total
EM MILHÕES DE REAIS										
Ações em Tesouraria	-	-	-	10,4	-	-	-	-	-2,1	8,3
Arrendamento Mercantil	-	-	21,7	-	6,3	-	-4,9	-4,8	-	18,3
Ativos Fixos	-38,3	9,3	43,2	166,7	-2.280,0	-332,9	467,8	422,5	-27,0	-1.568,7
Combinação de Negócios	35,9	1.785,7	815,8	-1.479,7	-	-51,5	120,1	61,3	-24,6	1.263,0
Consolidação	-0,9	6,1	-	-99,9	-	20,5	-	-517,4	-	-591,6
Correção Monetária	38,0	10,8	8,5	693,2	3.978,2	699,6	-	-	24,5	5.452,8
Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	4,2	65,0	-	18,5	-	-	61,9	36,6	-	186,2
Goodwill	-	-	-	-	-	28,1	1.279,6	1.316,9	30,3	2.654,9
Imp Dif/Part Min	-26,6	-143,3	0,6	-185,7	-1.301,8	-409,2	-405,9	-125,4	21,0	-2.576,3
Imposto Diferido	-53,9	-	-47,3	-	-54,9	-5,2	-	-	-	-161,3
Instrumentos Financeiros	-1,0	-51,8	2,0	-	11,3	-	3,2	3,7	14,0	-18,6
Intangíveis	-	-77,2	-	-454,8	-10,0	-115,5	-165,0	-159,2	-96,9	-1.078,6
Investimento Planos de	4,5	20,0	-	-	-	-52,2	-	-	1,0	-26,7
Pensão	-	337,4	43,9	-11,6	-1.989,2	947,2	221,1	172,5	-	-278,7
Provisão	-	-	-	-	-	-	-2,6	-2,6	-0,8	-6,0
Outros	-	-122,4	-37,3	-	-80,3	-	-	-91,3	-	-331,3

Destaca-se na Tabela 6, que as empresas AMBEV, BRASKEM e Brasil Telecom S/A apresentaram os maiores montantes de ajustes, afetados principalmente pelos itens Combinação de Negócios e *Goodwill*.

Com o objetivo de analisar se houve melhoria nos níveis de comparabilidade entre os USGAAP e os BRGAAP ao longo dos anos aplicou-se o índice de comparabilidade nos ajustes parciais de 2000 a 2006 para as 9 empresas que os divulgam conforme a classificação de UCIEDA (2003) definidos no início dessa seção. Novamente, os percentuais considerados para a materialidade foram 5% e 10%. Os resultados são apresentados nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 - Número de Ajustes no Lucro Líquido para o ano de 2000 classificados entre 5% e 10% de materialidade

2000	(0,90-	(0,95-	[1,05-	[1,10-	Total	%Ajustes Material 5%	%Ajustes Material 10%
	-0,90	0,95]	1,05)				
Ações em Tesouraria	-	-	1	-	1	100,0%	100,0%
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Fixos	1	-	8	1	10	44,4%	55,6%
Combinação de Negócios	1	-	1	2	4	11,1%	44,4%
Consolidação	-	-	1	1	2	25,0%	50,0%
Correção monetária	-	1	2	2	5	20,0%	50,0%
Diferenças Cambiais	-	-	1	-	1	100,0%	100,0%

Dividendos	-	-	-	-	-	0	-	-
Goodwill	-	-	1	-	-	1	25,0%	25,0%
Tabela 7 - Número de Ajustes no Lucro Líquido para o ano de 2000 classificados entre 5% e 10% de materialidade (cont)								
2000	-0,90	(0,90- 0,95]	(0,95- 1,05)	[1,05- 1,10)	[1,10-	Total	%Ajustes Material 5%	%Ajustes Material 10%
Imp Dif/Part Minoritárias	-	3	4	-	-	7	28,6%	50,0%
Imposto Diferido	-	-	2	1	1	4	33,3%	66,7%
Instrumentos Financeiros	-	-	1	-	-	1	50,0%	50,0%
Intangíveis	-	2	2	1	-	5	25,0%	62,5%
Investimento	-	-	-	1	-	1	-	100,0%
Planos de Pensão	-	1	5	2	-	8	31,3%	50,0%
Provisão	-	-	1	-	-	1	100,0%	100,0%
Outros	-	-	1	-	-	1	16,7%	16,7%
Total	2	1	15	6	0	24	30,7%	51,5%

Os itens Ações em Tesouraria, Diferenças Cambiais e Provisão atingiram 100% a um nível de materialidade a 5%. Isto acontece porque o índice de comparabilidade para estes itens de todas as empresas da amostra se localizou entre 0,95 e 1,05. Por sua vez, a 44,4% dos ajustes referentes a Ativos Fixos, ficaram entre 0,95 e 1,05 a um nível de materialidade de 5% e em torno de 55,5% dos ajustes localizaram-se na faixa de 0,90 e 1,10, quando avaliados a 10% de materialidade. No total dos 101 ajustes do ano de 2000 30,7% dos itens foram comparáveis a 5% e 51,5% foram comparáveis a 10%.

Tabela 8 - Número de Ajustes no Lucro Líquido para o ano de 2006 classificados entre 5% e 10% de materialidade

2006	-0,90	(0,90- 0,95]	(0,95- 1,05)	[1,05- 1,10)	[1,10-	Total	%Ajustes Material 5%	%Ajustes Material 10%
Ações em Tesouraria	-	-	1	-	-	1	100,0%	100,0%
Arrendamento Mercantil	-	-	4	-	-	4	100,0%	100,0%
Ativos Fixos	1	3	11	1	-	16	57,9%	84,0%
Combinação de Negócios	-	-	16	1	-	17	76,2%	81,0%
Consolidação	-	-	6	-	-	6	85,7%	85,7%
Correção monetária	-	-	7	-	1	8	58,3%	66,6%
Diferenças Cambiais	-	-	2	-	-	2	100,0%	100,0%
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	2	11	-	1	14	68,8%	87,5%
Imp Dif/Part Minoritárias	-	-	11	-	3	14	64,7%	82,4%
Imposto Diferido	-	-	1	-	-	1	50,0%	50,0%
Instrumentos Financeiros	-	-	6	-	-	6	85,7%	85,7%
Intangíveis	-	2	14	-	-	16	58,3%	66,6%
Investimento	-	-	3	-	1	3	75,0%	100,0%
Planos de Pensão	2	-	12	-	-	14	75,0%	87,5%
Provisão	-	1	3	-	-	4	75,0%	100,0%
Outros	-	3	4	-	-	7	50,0%	87,5%
Total = 155	3	11	112	2	6	134	72,3%	86,5%

A Tabela 8 apresenta os índices parciais de cada item calculado para todas as empresas da amostra para o ano de 2006. Assim por exemplo, os itens Ações em Tesouraria, Arrendamento Mercantil e Diferenças Cambiais atingiram 100% a um nível de materialidade de 5%. Isto acontece porque o índice de comparabilidade para estes itens se localizou entre 0,95 e 1,05. Por sua vez, 75% dos ajustes referentes a Planos de Pensão, ficaram entre 0,95 e 1,05 a um nível de materialidade de 5% e em torno de 87,5% dos ajustes localizaram-se na faixa de 0,90 e 1,10, quando avaliados a 10% de materialidade. No total dos 155 ajustes do ano de 2006 72,3% dos itens foram comparáveis a 5% e 86,5% foram comparáveis a 10%.

Na Tabela 9 são apresentados os índices de comparabilidade para as 28 empresas da amostra para os anos de 2000 e 2006, considerando neste caso, o lucro líquido como um todo.

Tabela 9 - Frequência de valores do índice de comparabilidade no lucro líquido

Nível de Materialidade	Valores índices	2000	Percentual	2006	Percentual
5% de Materialidade	0,95 - 1,05	5	17,86%	5	17,86%
10% de Materialidade	0,90 - 1,10	7	25%	7	25%
< 5% e > 10% de Materialidade	<0,90 e >1,10	20	71,43%	21	75%
Total		28		28	

A Tabela 9 mostra que no ano de 2000 a maior parte das empresas (20 em 28) não apresentou materialidade a 5% e a 10%, o mesmo se repetiu em 2006, (21 em 28) não apresentaram materialidade a 5% e a 10%.

Por outro lado, a um nível de materialidade de 5%, vê-se na Tabela 9 que 17,86% das empresas tiveram seus lucros comparáveis em 2000 e também 17,86% em 2006. A 10% de materialidade 25% das empresas em 2000 e 25% em 2006 publicaram lucros comparáveis em BRGAAP e USGAAP.

Esses resultados são incompatíveis, com os índices parciais dos mesmos anos onde se observou uma melhoria no nível de comparabilidade divulgado pelas empresas ao longo dos 7 anos.

6- Considerações Finais

Este trabalho teve por objetivo analisar o nível de comparabilidade das empresas brasileiras, que apuram seus resultados de acordo com os USGAAP, por meio da identificação e tratamento dos principais ajustes no lucro e patrimônio líquido entre as demonstrações contábeis de acordo com os dois conjuntos de normas: BRGAAP e USGAAP no período de 2000 a 2006. Ele se desenvolveu nas seguintes etapas: quantificação dos ajustes nas demonstrações contábeis de 2000 a 2006, identificação monetária dos ajustes de 2000 a 2006, apuração do nível de comparabilidade entre os ajustes de 2000 e 2006 e entre os lucros divulgados de 2000 e 2006.

Inicialmente foi apresentado o total de ajustes ocorridos no lucro líquido e no patrimônio líquido das 9 empresas pesquisadas, concluindo-se que houveram variações de 30% e até mesmo de 200% de 2000 para 2006 em alguns itens.

Pela identificação monetária dos ajustes foi apresentado o total de aumentos ou reduções no resultado e no patrimônio líquido do período das empresas da amostra, desta podemos citar as empresas AMBEV, SABESP, COPEL e Brasil Telecom S.A como as que tiveram ajustes mais significativos em seus lucros e as empresas AMBEV, BRASKEM, SABESP, COPEL, Brasil Telecom S.A e Brasil Telecom Participações como as que tiveram ajustes mais significativos em seu patrimônio líquido.

Através da apuração do nível de comparabilidade entre os ajustes, foi possível detectar uma melhoria no nível de comparabilidade divulgado pelas empresas sendo que em 2000 51,5% dos ajustes foram comparáveis a 10% e em 2006 86,5% foram comparáveis a 10%. Já se observando o nível de comparabilidade entre os lucros, conclui-se que não houve melhoria da comparabilidade de 2000 para 2006, mostrando incompatibilidade com os ajustes parciais divulgado pelas empresas ao longo dos 7 anos.

Os resultados do presente estudo demonstram que as empresas brasileiras que reportaram em USGAAP no período de 2000 a 2006, em sua maior parte não tiveram seus lucros comparáveis a 5% e 10% de materialidade, demonstrando mensurações materialmente

diferentes do lucro/prejuízo líquido apurado segundo os BRGAAP e os USGAAP. Contudo, o presente estudo possibilitou uma verificação da falta de informações comparáveis entre USGAAP e BRGAAP. Portanto, muito devemos evoluir para conseguirmos atingir demonstrações mais comparáveis entre si, e assim assegurar a comparabilidade das informações prestadas por diferentes países e conseqüentemente uma base única para decisão dos investidores.

7- BIBLIOGRAFIA

ADAMS, C. A.; WEETMAN, P. E.; JONES, A. E.; GRAY, S. J. Reducing the burden of U.S.GAAP reconciliations by foreign companies listed in the United States: The Key question of materiality. **The European Accounting Review**. v. 8, n. 3, p. 1-22, 1999.

CARVALHO, L. Nelson G.; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio M. da. **Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

CASTRO NETO, José Luis de. **Contribuição ao estudo da prática harmonizada da contabilidade da União Européia**. 1998. 232f. Tese (doutorado em Ciências Contábeis) Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CUMMINGS, John, BRANNEN, Laurie. Waking up to global gaap. **Business Finance**. n. 6, p. 7-8, Jun. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAY, S. J. The impact of international accounting differences from a security-analysts perspective: Some European evidence. **Journal of Accounting Research**, 18, p.64-76, 1980.

HAVERTY, John L. Are IFRS and USGAAP converging? Some evidence from People's Republic of China companies listed on the New York Stock Exchange. **Journal of International Accounting Auditing e Taxation**, United States, v.15, p.48-71, 2006.

LOPES, Alexsandro B, MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

NIYAMA, Jorge K. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

PAULO, Edílson. **Comparação da estrutura conceitual da contabilidade financeira: experiência brasileira, norte-americana e internacional**. 2002. 176f. Dissertação (Mestrado em Ciências contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, da UFPB, da UFPE e da UFRN, João Pessoa, 2002.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Demonstrações Financeiras e Sinopse Legislativa**. 2004.

UCIEDA, Jose Luis. A Decade of Reconciliation to USGAAP What Have We Learned? **Spanish Journal of Finance and Accounting**. Spanish, n.115, p.69-115, April 2003.

WEETMAN, P. et al. Profit Measurement and UK Accounting Standards: A Case of Increasing Disharmony in Relation to USGAAP and IASs. **Accounting and Business Research**, v. 28, n.3, p.189-208, 1998.

WEFORTH, Elionor F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo: Atlas, 2005.

